

Manifestação de repúdio ao Relatório Final da CPI FUNAI e INCRA 2

O corpo docente do Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas (PPG/ECsA) da Universidade de Brasília (UnB) manifesta publicamente seu repúdio ao Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) FUNAI e INCRA 2, sob a relatoria do Deputado Nilson Leitão (PSDB/MT), e expressa seu apoio aos profissionais, pesquisadores, indígenas, quilombolas, dentre outros servidores públicos, citados para indiciamento pelo relatório e que sequer foram ouvidos no âmbito da CPI ou tiveram o direito ao contraditório observado.

Observa-se no relatório, com 3.385 páginas, o viés ideológico, apoiado em retórica pseudocientífica e insidiosa empregada à exaustão, para ferir a reputação de pessoas e instituições públicas e da sociedade civil e assim prejudicar, senão anular, os trabalhos técnicos conduzidos por antropólogos e antropólogas, no livre exercício da profissão, que atuam para o reconhecimento e regularização de terras indígenas e territórios de comunidades quilombolas no país. Sendo impraticável citar o extenso volume de inverdades, equívocos e imperícia expresso no relatório, mencionamos que no capítulo dedicado ao contexto indígena do estado da Bahia, acadêmicos são acusados – sem que se apresente quaisquer evidências ou provas – de participar, junto a outros sujeitos, de uma “rede” de proteção a indígenas envolvidos em uma “escalada criminoso” (p. 1114). Os supostos “fatos” e “evidências” apresentados mostram-se carentes de rigor, legalidade e veracidade, chegando ao absurdo de deturpar uma dissertação de mestrado *stricto sensu* defendida no âmbito da UnB para indiciar pesquisadora da área de Ciências Sociais por “calúnia” e “improbidade administrativa”.

Repudiamos veementemente o que entendemos ser uma tentativa de criminalizar a pesquisa em ciências sociais, em especial, a antropologia, assim como pesquisadores que pautam sua atuação por critérios estritamente acadêmicos, éticos e respaldada pelos pares de sua área de atuação. Trata-se de um desvio de finalidade da própria Comissão Parlamentar de Inquérito que destina-se a investigar fatos de relevante interesse para a vida pública e para a ordem constitucional, legal, econômica ou social do País. As acusações apresentadas no relatório da CPI FUNAI e INCRA 2 revela não ter outro objetivo a não ser inviabilizar o exercício da atividade de pesquisa e profissional junto a populações secularmente expropriadas e exploradas da sociedade brasileira.

Compreendemos, na qualidade de professores e cientistas sociais, que o conteúdo do Relatório Final da CPI FUNAI e INCRA 2 presta verdadeiro desserviço à sociedade brasileira ao desviar a finalidade da CPI para atender interesses particulares e de segmentos empresariais específicos do país às custas da difamação infundada de profissionais, pesquisadores, procuradores, indígenas, quilombolas, dentre outros.

Por ser esta nossa posição redigimos esta manifestação de repúdio ao Relatório Final da CPI FUNAI e INCRA 2 que visa denegrir, infundadamente, e criminalizar as ciências sociais, seus pesquisadores e instituições de atuação. Esta posição será imediatamente publicada nas dependências e página eletrônica do departamento, bem como em suas redes sociais, e encaminhada às pessoas, comunidades e instituições implicadas, sobretudo à secretaria da CPI após análise e aprovação das instâncias superiores da Universidade.

Brasília, D.F., 09 de maio de 2017